

## OS SUMÁRIOS DE CRÓNICAS PORTUGUESES : TEXTOS, CONTEXTOS, PARATEXTOS

Filipe Alves Moreira

E.N.S. Editions | « Cahiers d'études hispaniques médiévales »

2012/1 n° 35 | pages 79 à 92

ISSN 1779-4684

ISBN 9782847883909

Article disponible en ligne à l'adresse :

<https://www.cairn.info/revue-cahiers-d-etudes-hispaniques-medievals-2012-1-page-79.htm>

Distribution électronique Cairn.info pour E.N.S. Editions.

© E.N.S. Editions. Tous droits réservés pour tous pays.

La reproduction ou représentation de cet article, notamment par photocopie, n'est autorisée que dans les limites des conditions générales d'utilisation du site ou, le cas échéant, des conditions générales de la licence souscrite par votre établissement. Toute autre reproduction ou représentation, en tout ou partie, sous quelque forme et de quelque manière que ce soit, est interdite sauf accord préalable et écrit de l'éditeur, en dehors des cas prévus par la législation en vigueur en France. Il est précisé que son stockage dans une base de données est également interdit.

# Os sumários de crónicas portuguesas: textos, contextos, paratextos

Filipe Alves MOREIRA

Universidade do Porto  
IF / SMELPS / AILP  
Bolseiro de pós-doutoramento da FCT

## RESUMO

Os Sumários de Crónicas foram um género muito cultivado em Portugal nos finais da Idade Média e princípios da Época Moderna. Apesar disso, não suscitaram ainda o interesse dos investigadores. Este trabalho constitui, assim, a primeira tentativa de sistematização do *corpus* de Sumários de Crónicas portuguesas. Propõe também uma análise de conjunto destes textos e dos seus paratextos, destacando as suas relações com as crónicas medievais e o papel por eles desempenhado na construção e difusão de um discurso providencialista ao serviço da monarquia.

## RÉSUMÉ

*Les sommes de chroniques furent un genre très cultivé au Portugal aux <sup>xv</sup><sup>e</sup> et <sup>xvi</sup><sup>e</sup> siècles. Néanmoins, elles ont rarement suscité l'attention des chercheurs. L'objectif de cet article est d'offrir une analyse globale de ces textes et de leurs paratextes, tout en soulignant leurs rapports avec les chroniques médiévales et le rôle qu'ils ont joué dans la construction et la diffusion d'un discours providentialiste au service de la monarchie.*

Se considerássemos a produção historiográfica portuguesa do final da Idade Média e princípio da Época Moderna a partir, exclusivamente, do que os estudiosos têm vindo a dizer, deveríamos concluir pela quase inexistência e quase insignificância de um género que noutros sítios – e desde logo em Castela – gozou de considerável fortuna: os Sumários de Crónicas. E, todavia, nada mais falso do que essa aparente inexistência. A verdade é que muitas bibliotecas e arquivos possuem manuscritos com textos desse tipo, quase todos

inéditos ou impressos em edições de reduzida circulação. Parece, aliás, evidente que a principal razão para o alheamento da crítica face a estes Sumários reside precisamente aí, na ausência de edições ou de edições correntes.

Apesar disso, a grande quantidade de cópias existentes, várias delas com marcas de leitura ativa, bem como as referências que lhes são feitas noutras obras e até o seu aproveitamento pelos mais diversos autores (o próprio Camões terá, muito provavelmente, conhecido alguns destes Sumários) não deixam dúvidas quanto à expressividade da sua circulação e à sua importância na constituição e preservação de uma memória histórica. Há, portanto, toda a pertinência em que os tomemos como objeto de estudo.

É isso que aqui procurarei fazer, concentrando-me, sobretudo, na análise dos seus paratextos e da função por eles desempenhada na construção de um discurso historiográfico próprio.

## O corpus de sumários de crónicas portuguesas

O estado atual da investigação permite dizer que o corpus de Sumários de Crónicas portuguesas (ou de crónicas portuguesas) é constituído pelos seguintes textos:

- *A rrenembrancha dos Reys que fforom destes Reynos de portugal e do algarue* (1429). Deste texto existe ainda o manuscrito considerado como o original, que constitui parte de uma cópia quatrocentista das Inquirições de D. Afonso III<sup>1</sup>; o conteúdo deste Sumário começa com o governo do Conde D. Henrique e termina com o reinado de D. Dinis;
- Uma versão refundida e aumentada do texto anterior, escrita durante o reinado de D. Afonso V (c. 1458) e preservada numa cópia quinhentista incluída num manuscrito que contém também, entre outros textos, traduções portuguesas de obras de Diego de Valera<sup>2</sup>; o conteúdo deste Sumário começa com o governo do Conde D. Henrique e atinge o reinado de D. Afonso V;
- Uma *\*Crónica abreviada de Portugal* (século xv), referida numa nota marginal do ms. L da *Crónica de 1344* (ms. 1 Azul da Academia de Ciências

1. Manuscrito 67 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa. Pode ver-se a descrição deste manuscrito feita pela equipa da BITAGAP [URL: [bancroft.berkeley.edu/philobiblon/bitagap\\_en.html](http://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/bitagap_en.html)]; manid 1493. Há uma outra cópia da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, no manuscrito 86 do fundo geral da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP): manid 1645. Este Sumário foi editado várias vezes, a última das quais por Fernando Venâncio Peixoto DA FONSECA (ed.), «Crónica Breve do Arquivo Nacional», *Boletim de Trabalhos Históricos*, 6, Guimarães, 1986, p. 191-206 [em linha] [URL: [http://www.csarmento.uminho.pt/docs/amap/bth/bth1986\\_06.pdf](http://www.csarmento.uminho.pt/docs/amap/bth/bth1986_06.pdf)]. Consultado em 15 Novembro 2012. Tenho também presente a seguinte edição: Alfredo PIMENTA (ed.), *Fontes Medievais da História de Portugal. Volume I: Anais e Crónicas*, Lisboa: Sá da Costa (Clássicos), 1948, p. 48-54.

2. Manuscrito 80 do Fundo Azevedo da BPMP (manid 3158 da BITAGAP).

- de Lisboa), que pertenceu à biblioteca do Rei D. Duarte<sup>3</sup>;
- Os Sumários de Crónicas do ms. Alc. 290 BN<sup>4</sup>, possivelmente da autoria de Duarte Galvão (1495-1505); o seu conteúdo abrange os reinados de D. Afonso Henriques (que poderá considerar-se a versão primitiva da *Crónica de D. Afonso Henriques* do mesmo autor<sup>5</sup>) a D. João II; há várias cópias deste texto;
  - O Sumário de Crónicas do ms. 1198 da Biblioteca Pública Municipal do Porto<sup>6</sup> (1515-1543), a que chamarei, de forma puramente instrumental, «Sumário do Porto»; o seu conteúdo abrange o governo do Conde D. Henrique e os reinados de D. Afonso Henriques a D. Afonso V; existem numerosas cópias deste texto;
  - Os Sumários dos reinados de D. Pedro I a D. João II da autoria de Gaspar Correia, redigidos na Índia (1532) e baseados em grande parte na obra de Duarte Galvão previamente referida; preserva-se ainda o autógrafo destes textos (ms. 43A da Casa Forte da Torre do Tombo<sup>7</sup>);
  - A «Abreviaçam» de Crónicas da autoria de Cristóvão Rodrigues Acenheiro (1535), de que existem várias cópias<sup>8</sup>; o seu conteúdo abrange os reinados de D. Afonso Henriques a D. João II (a última parte deste Sumário, que contém os reinados de D. Pedro I a D. João II, é maioritariamente baseada na obra de Duarte Galvão anteriormente referida);
  - O Sumário de Crónicas do ms. 2122 da BNE<sup>9</sup>, cuja versão original terá sido redigida em castelhano<sup>10</sup> (c. 1530-1540), possivelmente por alguém do entorno de D. Catarina, neta dos Reis Católicos e mulher de D. João III<sup>11</sup>;

3. Sobre este manuscrito e a nota marginal aqui mencionada, veja-se Luis Filipe Lindley CINTRA (ed.), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 4 vol., Lisboa: Academia de História-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1951-1990, 1, p. CDXCIV e D.

4. Manid 1192 da BITAGAP.

5. Sobre esta problemática, veja-se Luis Filipe Lindley CINTRA, «Sobre o códice Alcobaçense 290 (antigo 316) da Biblioteca Nacional de Lisboa (autógrafo de Duarte Galvão?)», *Lindley Cintra. Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão* (org. de Isabel Hub Faria), Lisboa: Cosmos, p. 269-288 (artigo originalmente publicado em 1974) e Filipe Alves MOREIRA, «A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade», *Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto, policopiada*, 2010, p. 259-293.

6. Manid 1902 da BITAGAP.

7. Manid 3741 da BITAGAP.

8. Ver texid 10802 da BITAGAP. O texto foi editado em «Inéditos de História Portuguesa», Volume 5, Lisboa: Academia de Ciências, 1824. Sobre a compilação de Acenheiro, pode ler-se Jorge DE SENA, *Estudos de História e de Cultura I*, Lisboa: Ocidente, 1967, p. 323-340 e F. Alves MOREIRA, *op. cit.*, p. 346-362, e bibliografia aí indicada.

9. Manid 1611 da BITAGAP.

10. Afirmo-o com base em duas circunstâncias: 1) uma declaração do próprio autor do Sumário: «e por não negar minha natureza e porque a sua Alteza seja mais aprazível ho escrevi em linguagem castelhano» (fol. 3v<sup>o</sup>); 2) a existência, ao longo do texto deste Sumário, de vocábulos ou expressões que poderão considerar-se castelhanismos, tais como «todo pasa asi», «verdade», «Reyna», «capila» ou «obligado», entre outros.

11. O Sumário é, com efeito, dirigido «Aa serenissima e christianissima Princesa Dona Catarina escarrecida Reyna de Portugal e do Algarve». O seu autor deverá ter sido alguém já na velhice, ou próximo dela, conforme se infere da seguinte passagem: «e esta foy hũa das causas

chamá-lo-ei, de forma meramente instrumental, «Sumário de Madrid I»; o seu conteúdo abrange os reinados de D. Afonso Henriques a D. João II; depois do Sumário, este manuscrito contém uma série de capítulos com numeração própria dedicados à história fabulosa da Península Ibérica até ao Rei Rodrigo e à queda do Reino Visigodo;

– O *Breve Summario dos Reys de Portugal, des do primeyro rey dom Afonso Anriquez atee el rey dom Ioam ho terceyro nosso senhor que hora reyna. Tirado das crônicas do reino*, impresso em 1555, mas escrito anteriormente<sup>12</sup>; o seu conteúdo abrange os reinados de D. Afonso Henriques até D. Manuel I, seguindo-se um conjunto de apontamentos analísticos<sup>13</sup>;

– O *Summario das Chronicas dos Reys de Portugal*, editado em Coimbra pelo impressor régio João Alvares em 1570, mas escrito anteriormente<sup>14</sup>; o seu conteúdo abrange os reinados de D. Afonso Henriques a D. Manuel I;

– A estes textos, creio que será pertinente juntarmos um outro que, embora tenha sido redigido em castelhano por um espanhol (possivelmente Alonso Tellez de Meneses), é também um Sumário de Crônicas portuguesas, escrito quando o seu autor estava em Portugal, na região da Guarda, em 1547. Encontra-se num único manuscrito, talvez o original, o número 2268 da BNE; inclui uma parte introdutória dedicada aos reis asturianos, leoneses e castelhanos desde Pelayo até D. Afonso VI. Designá-lo-ei, instrumentalmente, como «Sumário de Madrid II». Depois do Sumário, o manuscrito contém uma tradução castelhana da *Relação da província de Entre-Douro-e-Minho*, escrita por Mestre António, de Guimarães, no princípio do século xvi<sup>15</sup>.

---

principaes que me moveo a copilar este breve tratado e fazer a sua Alteza este pequeno serviço pera mediante elle conhecesse meu grande desejo de a servir em fim de minha jornada» (fol. 2r<sup>o</sup>). Ao contrário do que estas e outras palavras poderiam indicar, este Sumário não terá, no entanto, sido escrito durante a regência de D. Catarina, mas ainda em vida de D. João III. Sobre esta questão, veja-se F. ALVES MOREIRA, *op. cit.*, p. 441-442.

12. Texid 10817 da BITAGAP. Sobre este Sumário, é importante ter presente as considerações de Jorge DE SENA, «Breve Sumário dos Reis de Portugal», *Estudos de Literatura Portuguesa III*, Lisboa: Edições 70, p. 197-202.

13. A maior parte destes apontamentos (todos eles muito breves) diz respeito ao reinado de D. Afonso Henriques. Há também notícias sobre a prisão de Francisco I de França pelas tropas de Carlos V; sobre a elevação da Batalha à categoria de vila, ordenada por D. Manuel; e sobre a sepultura de Fernando Fernandez Cogominho em Santa Cruz de Coimbra. A presença deste conjunto de notícias no seguimento do Sumário indicia, segundo creio, que o anónimo impressor editou um manuscrito que já continha esse conjunto de textos.

14. Texid 10818 da BITAGAP. Sobre este texto, veja-se o artigo de Jorge de Sena anteriormente referido. Este Sumário foi também impresso por André de Burgos, em Évora, em 1575. Pode ver-se uma descrição do único exemplar referenciado desta última edição, atualmente à guarda da Biblioteca «La Sapienza» de Roma e até há pouco desconhecido, na BITAGAP: manid 4587.

15. Sobre este manuscrito e o Sumário nele incluído, veja-se F. ALVES MOREIRA, *op. cit.*, p. 406-423. A hipótese de que o autor deste Sumário tenha sido Sebastián de Horozco, avançada por Tomas Tamayo Vargas, que leu e anotou profusamente o manuscrito em questão, não me parece especialmente sólida. É também esta a opinião de Jack WEINER, «La procedencia de los manuscritos de San Sebastián de Horozco (1510-1579)», *Toletum*, 2<sup>a</sup> época, 35, 1996,

Uma primeira observação a fazer é a de que, em Portugal, a voga dos Sumários de Crónicas pode considerar-se tardia. Em relação a Castela há mesmo uma diferença de um século: enquanto os Sumários castelhanos surgem, como é sabido, pelos inícios do século XIV e a sua época de ouro será o século XV<sup>16</sup>, em Portugal eles surgem em meados do século XV e o seu auge é atingido nas primeiras décadas do século XVI. Pode admitir-se que a proliferação de Sumários corresponde ao aumento do público interessado em assuntos históricos, ou que o século XVI assiste, em Portugal, a certa «privatização» da escrita historiográfica depois de várias décadas em que essa escrita foi um monopólio da corte régia. Mas não devemos esquecer o óbvio: para que haja Sumários de Crónicas é necessário que haja crónicas, e se Castela possuía já uma forte tradição cronística em meados do século XIV, em Portugal quase que não há crónicas antes do século XV.

Também ao contrário do que sucede em Castela, em Portugal não há Sumários redigidos em Latim. Não quer isto dizer que os poderes públicos não estivessem conscientes do prestígio e potencial aumento de destinatários que só o Latim garantiria; tanto estavam conscientes disso, que D. Afonso V encomendou a dois italianos a tradução das crónicas portuguesas para Latim<sup>17</sup>. Mas o público-alvo destes Sumários parece ter sido, fundamentalmente, um público nacional ou, e quando muito, ibérico.

Pode ainda observar-se que estes Sumários são exclusivamente histórias de Portugal, de acordo com a orientação da historiografia lusa a partir da revolução de Avis (1383-1385). Não existem neles apartados dedicados aos Godos ou ao passado remoto da Península, nem qualquer secção exclusivamente dedicada aos restantes reinos ibéricos (o que não é o mesmo que dizer, claro está, que nunca lhes seja feita referência). O impresso de 1570

---

[em linha] [URL: <http://biblioteca2.uclm.es/biblioteca/ceclm/ARTREVISTAS/Toletum/n35.htm>]. Consultado em 15 Novembro 2012. Noutra ocasião, tenciono ocupar-me deste Sumário com mais detalhe.

16. Sobre os Sumários de Crónicas castelhanos, há que ter em conta, sobretudo, o número 6 da revista eletrónica *e-Spania* [URL: <http://e-spania.revues.org/13793>], consultado em 15 Novembro 2012; e Jean-Pierre JARDIN, «El modelo alfonsí ante la revolución trastámara. Los sumarios de crónicas generales del siglo XV», in: Georges MARTIN (ed.), *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos xiii-xv)*, Madrid: Casa de Velázquez, 2000, p. 141-156.

17. Mateus Pisano encarregou-se, como é sabido, da tradução da chamada *Crónica da Tomada de Ceuta* da autoria de Gomes Eanes de Zurara (1450), escrevendo *De Bello Septensi* em 1460. Segundo informação de João Rodrigues de Sá de Meneses em carta a Damião de Góis, o rei Afonso V teria também encomendado a tradução das crónicas dos primeiros reis portugueses para Latim a Fr. Justo (Baldino) da Ordem dos Pregadores (ver F. Alves MOREIRA, *op. cit.*, p. 38). A tradição de traduzir as crónicas régias para Latim manteve-se na corte portuguesa, pois, em meados do século XVI, D. Duarte, filho natural de D. João III que chegou a ser Arcebispo de Braga, empreendeu uma tradução parcial da *Crónica de D. Afonso Henriques*. Veja-se, a este respeito, Luís DE MATOS, «A tradução latina da crónica de D. Afonso Henriques», *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, I, Lisboa, 1960, p. 586-588.

começa por aludir à queda do reino visigodo e à ascensão de Pelayo, considerado «hũ segũdo Moyses», à dignidade real, mas apenas como introdução ao relato das ações do «terceyro Moyses», Afonso Henriques. Na verdade, só o Sumário de Madrid II contraria esta tendência nacionalizante, incluindo uma parte introdutória dedicada à monarquia asturiana, leonesa e castelhana até Afonso VI e vários capítulos dedicados à história do reino castelhano. Mas trata-se, como disse, de um texto escrito por um espanhol, cujo objetivo fundamental parece ter sido justamente o de «iberizar» a história portuguesa.

Estes Sumários procedem, por outro lado, sobretudo da série de crónicas que a coroa portuguesa patrocinara oficialmente desde o início do século xv, embora seja visível (especialmente nos relatos dos primeiros reinados) o recurso a outras fontes, como textos castelhanos, documentos epigráficos ou presumíveis tradições orais, além de que alguns dos Sumários mais antigos foram já conhecidos pelos mais recentes.

Notemos ainda que o perfil dos autores de Sumários conhecidos corresponde exatamente ao perfil-tipo dos cronistas e historiadores portugueses do século xv e princípios do xvi: são homens de origens relativamente humildes; são leigos; e são letrados (Acenheiro, por exemplo, era bacharel) que durante grande parte da vida desempenharam funções burocráticas ao serviço da corte, chegando, por vezes, a ter relações de proximidade com os próprios monarcas.

Concentremo-nos, porém, nos elementos paratextuais destes Sumários, e vejamos como esses elementos se integram nas estratégias significativas dos textos a que estão associados.

## Os paratextos e a construção de um discurso historiográfico

### *Títulos*

Podemos começar pelos títulos, que obviamente dizem respeito quer à produção, quer à receção. Deve antes de mais observar-se que a ausência de títulos ou expressões que funcionam como tais é claramente minoritária: de todas as obras elencadas, a única em que isso se verifica é o Sumário do Porto. Este Sumário possui, contudo, uma tradição textual particularmente complexa, e não me é possível garantir que nenhuma das cópias existentes tenha título, nem é possível precisar se a ausência de título remonta ao original ou decorre do processo de transmissão manuscrita.

De entre os restantes Sumários, alguns possuem verdadeiros títulos, ou seja, elementos verbais localizados antes do princípio do texto e graficamente destacados dele, cuja função é identificar esse mesmo texto. Outros contêm

expressões que desempenham a mesma função, mas estão inseridas nos prólogos ou disseminadas por outros locais. O primeiro caso (existência de um verdadeiro título) verifica-se nas edições de 1555 e 1570 e no Sumário de Madrid II. A presença de títulos nos dois primeiros textos referidos pode, no entanto, explicar-se pelas convenções específicas da imprensa, e serão possivelmente da responsabilidade dos respetivos impressores.

O segundo caso (existência de expressões que desempenham a mesma função que os títulos, mas estão inseridas nos prólogos ou disseminadas por outros locais) verifica-se no Sumário mais antigo, cujo prólogo começa por dizer «Esta é a rrenenbrança dos rreys que fforom destes Reynos de Portugal e do Allgarve»; na obra de Acenheiro, que é designada no seu próprio prólogo como «sumários e allembrança das Coroniquas dos Reis de Portugal» e noutros locais do seu texto como «Suma abreviaçam das crónicas dos reys de Portugal» ou simplesmente «Crónicas»; e também no Sumário de Madrid I, em cujo Prólogo consta que o seu autor entendia chamar a este texto «Nobreza de Portugal» (no sentido de grandeza e excelências de Portugal). Particularmente curioso é o que sucede nos Sumários da autoria de Duarte Galvão e Gaspar Correia. Estes textos não têm propriamente um título geral, nem uma expressão que funcione como tal. Mas antes de cada um dos reinados, aparecem epígrafes que dizem «Sumario da caronica d'el rey...», que acabam, assim, por funcionar como verdadeiros títulos.

Quanto ao semantismo dos títulos, podemos dizer que há neles três ideias recorrentes. A primeira é a da brevidade, sugerida através de vocábulos como «Sumário», «Suma» ou «Abreviaçam», e reforçada mesmo, no caso do impresso de 1555, pela junção do adjetivo «breve» («Breve Summario»). Estes vocábulos funcionam também, claro está, como marcadores de género discursivo. A segunda ideia recorrente é a afirmação de dependência destes textos em relação a crónicas preexistentes: à exceção da «rrenembrança dos rreys» e do Sumário de Madrid I, todos os Sumários que possuem títulos ou expressões que funcionam como tais deixam claro no próprio título a sua natureza de resumos dessas crónicas. Eles apresentam-se, pois, desde o início, como uma espécie de intermediários entre as crónicas e o público, e não como criadores de um discurso historiográfico novo. A terceira ideia recorrente nos títulos dos Sumários é a de que estes são, basicamente, resumos da história dos reis de Portugal. O Sumário de Madrid I é o único cujo título contém uma expressão mais alargada («Nobreza de Portugal», com o sentido de grandeza e excelências de Portugal), e nenhum título menciona figuras históricas que não sejam os reis.

A leitura destes elementos paratextuais criaria, assim, no público coevo a expectativa de encontrar-se perante textos que condensariam em breves palavras as principais ações dos reis de Portugal conforme relatadas pelas crónicas do reino.



### *Os Prólogos*

Quanto aos prólogos, a sua presença não é maioritária, embora seja significativa: dos dez textos considerados, cinco têm prólogo. São eles a «rrenem-brança dos reys», os Sumários de Duarte Galvão<sup>18</sup> e Rodrigues Acenheiro e os dois Sumários de Madrid.

De todos estes prólogos, os únicos que revelam a identidade dos respectivos autores são os prólogos dos Sumários de Rodrigues Acenheiro e de Duarte Galvão. São também muito poucos os prólogos que têm um destinatário concreto, funcionando, em parte, como dedicatórias: apenas os de Duarte Galvão e o Sumário de Madrid I, ambos significativamente dirigidos a figuras reais (D. Manuel e a rainha D. Catarina, respetivamente). Galvão e o anónimo redator de Madrid I dirigem-se a essas figuras em termos típicos das convenções literárias e sociais da época: colocam-se sob a sua proteção e consideram o seu próprio trabalho como uma forma de serviço. Galvão vê-se, aliás, a ele mesmo como o simples executor de um plano traçado pelo rei, o que não é estranho, pois, como veremos, o prólogo dos seus Sumários é antes de mais uma peça de propaganda manueлина. O redator de Madrid I sugere, por sua vez, que D. Catarina mande imprimir o Sumário «porque a todos seja manifesto ho q a mtoa estaa emcuberto» (fol. 3v<sup>o</sup>). Parece, contudo, que isso nunca chegou a acontecer.

Entrando agora na leitura dos prólogos, penso que os podemos dividir em três grupos, de acordo com os propósitos, as estratégias significativas e as ideias-chave de cada um.

O primeiro grupo é constituído pelo prólogo da *rrenembrança dos rreys*. Este prólogo destina-se unicamente a declarar os objetivos que presidiram à feitura do texto. Segundo o seu anónimo redator,

[...] muytas vezes mostram perante El Rey nosso sennor e perante os seus iuzes algumas doações e outras escripturas, que fazem em periuiço dos direitos e coussas da coroa dos Regnos, fazendo taaes cartas de doações e escripturas mençom que foram outorgadas per huum Rey o quall segundo a data dessa escriptura ja era finado<sup>19</sup>

Foi para controlar estas situações que o Sumário foi redigido, pois, segundo diz o seu autor, poderiam ver-se no seu texto as datas corretas da morte de cada rei e assim reconhecer «a escriptura que nom for uerdadeira». Estamos, portanto, perante um texto escrito por um anónimo burocrata

18. Recorde-se que o prólogo dos Sumários de Duarte Galvão viria a ser o prólogo da «versão vulgata» da *Crónica de D. Afonso Henriques*. Veja-se acima, a descrição destes textos e bibliografia aí mencionada.

19. Alfredo PIMENTA (ed.), *op. cit.*, p. 48-49.

da corte de D. João I, que visava um público restrito de funcionários régios com o objetivo de lhes fornecer um meio cómodo e seguro de avaliarem a autenticidade dos documentos que lhes iam sendo apresentados. O facto de o original deste Sumário constar de uma cópia das «Inquirições de D. Afonso III» em uso na corte confirma que ele se destinava a um público restrito. Tudo isto explicará a brevidade e secura do texto, que de facto pouco mais é do que um conjunto de datas e linhas genealógicas relacionadas com os monarcas portugueses. Alguns documentos dos séculos xv e xvi mostram, aliás, que o uso jurídico das Crónicas como prova de veracidade ou falsidade de documentos era uma prática relativamente comum<sup>20</sup>.

Um segundo grupo é constituído pelos prólogos de Duarte Galvão, Rodrigues Acenheiro e do anónimo Sumário de Madrid I. Estes são prólogos essencialmente destinados a glorificar a monarquia portuguesa e a legitimar e incentivar a sua política expansionista, embora de formas diversas. O de Galvão (que, recorde-se, veio a tornar-se o prólogo da versão mais conhecida da *Crónica de D. Afonso Henriques*) é o mais ideológico e interessante de todos, constituindo uma peça típica, mas particularmente bem conseguida, de propaganda manuelina. Como resumiu uma das melhores estudiosas desta propaganda, Ana Maria Alves, D. Manuel «tinha de assumir-se como Rei perante uma corte que se habituara a vê-lo como Duque [...] – e teve, ainda por cima, os meios materiais de o fazer»<sup>21</sup>. O resultado foi, de longe, o mais vasto e ambicioso conjunto de realizações artísticas e culturais que Portugal até aí conhecera (é no seu âmbito que surgem, por exemplo, a Torre de Belém, os novos túmulos de Afonso Henriques e Sancho I ou o mais antigo e rico Armorial português), realizações cujos eixos fundamentais, pode dizer-se, assentavam numa visão providencialista da História de Portugal e na onnipresença da imagem do rei<sup>22</sup>. O prólogo de Galvão insere-se nesta corrente, e está construído com base em duas ideias fundamentais: 1) que Portugal é um reino amparado por Deus e ao serviço dos Seus desígnios; 2) que o reinado de D. Manuel assistiria ao auge desse processo com a total cristianização do planeta. O passado português é assim messianicamente orientado em direção à figura de D. Manuel, sendo realçado um conjunto de acontecimentos que confirmariam no plano histórico a essência transcendental do país: por um lado, a expansão territorial durante os reinados dos antecessores de D. Manuel; por outro lado, e em relação a este rei, são destacados vários

20. Veja-se, por exemplo, o manid 5312 da BITAGAP.

21. Ana Maria ALVES, *Iconologia do poder real no período manuelino. À procura de uma linguagem perdida*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 15.

22. Para além do livro referenciado na nota anterior, veja-se a seguinte biografia deste Rei: João Paulo OLIVEIRA E COSTA, *D. Manuel I. Um príncipe do Renascimento*, Coleção «Reis de Portugal», Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

acontecimentos considerados proféticos ou miraculosos: o seu próprio nome, Emmanuel, «Deus em mim»; a forma como, contra todas as expectativas dinásticas, ele ascendeu ao trono; a expulsão de Mouros e Judeus; a conquista da Índia e a descoberta de novas terras, feitos de que resultaria a criação de um Império mais extenso que o dos Romanos e a expectativa de que estaria para breve a definitiva cristianização do mundo. Para além de ser apologético, este prólogo cumpre também uma função exortatória, pois o anúncio profético da iminente cristianização do planeta poderá ser visto como um incentivo à realização de uma cruzada universal, projeto que o monarca acalentou durante algum tempo (o próprio Duarte Galvão chefiou uma embaixada a Roma com esse objetivo) e com o qual a expansão portuguesa em África e no Índico era ideologicamente relacionada<sup>23</sup>.

O prólogo e o introito da obra de Acenheiro obedecem, por sua vez, a dois grandes propósitos. Eles anunciam, por um lado, o plano geral da obra e referem as suas principais fontes, que são a *Crónica de 1419*, as crónicas de Rui de Pina e os Sumários de Duarte Galvão. E, por outro lado, discutem, numa espécie de introdução histórica, as raízes da Casa real portuguesa. Acenheiro salienta a ascendência carismática do Conde D. Henrique (considerado filho de S. Estevão, primeiro rei cristão da Hungria, de acordo com a *Genealogia do Infante D. Fernando*, que é a mais antiga genealogia iluminada portuguesa<sup>24</sup>) e rejeita, com base em velhas crónicas medievais, que D. Teresa fosse filha ilegítima de D. Afonso VI. É, naturalmente, o facto de D. Teresa ser antepassada dos reis de Portugal que explica esta preocupação com a sua imagem. Os propósitos que Acenheiro visa com o seu prólogo são, portanto, diferentes dos de Duarte Galvão, mas complementares: se este se concentra, sobretudo, no presente e no futuro, ou seja, em D. Manuel e no sentido providencial do seu reinado, Acenheiro concentra-se no passado, elevando e santificando as raízes genealógicas dos reis de Portugal. Também o seu prólogo será, contudo, uma forma de exortação a uma grande cruzada comandada pelos monarcas portugueses, tal como o prólogo dos Sumários de Galvão. Pelo menos assim poderemos entender a alusão a que, por intermédio de D. Henrique e D. Teresa, o sangue dos reis de Portugal combinaria as heranças da «estremada Hun-

23. Ver João Paulo OLIVEIRA E COSTA, *op. cit.*, p. 177-180 e também Jean AUBIN, «Duarte Galvão», *Separata dos Arquivos do Centro Cultural Português* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian), 9, 1975, p. 43-85.

24. Esta obra foi magnificamente editada e estudada em Martim DE ALBUQUERQUE e João Paulo ABREU E LIMA (ed.), *A Genealogia do Infante D. Fernando de António de Holanda e Simão Bening*, Porto e Lisboa: Banco Borges eirmão, 1984. A relação entre esta Genealogia e as Sumas de Acenheiro foi adiantada por F. Alves MOREIRA, *op. cit.*, p. 347-348.

gria» e da «vallemte Espanha». Acenheiro foi, significativamente, buscar estas palavras a uma carta escrita pelo Papa Pio II poucos anos após a queda de Constantinopla e dirigida ao Sultão Turco Maomé II. Nesta célebre carta, o Sumo Pontífice desafia o Sultão garantindo que este não deixaria de encontrar forte resistência caso decidisse avançar os seus exércitos pela Europa. O Papa recorda com particular ênfase a forte resistência que os húngaros tinham oposto aos turcos, e é certamente esta herança belicista posta ao serviço da Cristandade que, através da referência às palavras de Pio II, Acenheiro reivindica para os Reis de Portugal<sup>25</sup>.

O prólogo do Sumário de Madrid I desenvolve os mesmos tópicos que os de Galvão e Acenheiro, embora de forma menos articulada. Nele se refere, com efeito, a extensão dos domínios portugueses, aludindo-se a «vinte e quatro reys» que pagariam tributo ao rei de Portugal; nele se faz uma leitura cristológica das armas reais portuguesas (leitura que já estava na *Crónica de 1344* e tinha vindo a ser acentuada com o tempo); nele se enaltece o sangue dos reis de Portugal, dizendo-se que eles procedem «dos emperadores» e são «participantes em linhagem com todos os Reys christãos»; e nele se apela, explicitamente, a uma ofensiva contra «o grão turco». Um ponto que distingue este prólogo dos anteriores é a sugestão de que essa ofensiva deveria resultar de uma aliança entre portugueses e castelhanos, sugestão que talvez se explique pelo facto de o autor do Sumário ser alguém dos círculos de D. Catarina.

O terceiro grupo é constituído pelo prólogo, ou melhor, pelos prólogos, do Sumário de Madrid II. Este texto contém, com efeito, e sucessivamente:

- a) um «prohemio del tradutor» (que é na realidade o autor);
- b) a tradução do prólogo de Duarte Galvão;
- c) um «capº y preambulo primero dela destruição y asiento de los Reynos de Portugal y porq se dixo portogal»;
- d) um «capº y preambulo segundo dela guerra y cõquista que los Reyes de castilla y leõ hizierõ é portogal y lo q ganarõ de moros»;
- e) um «capº y preambulo tercero de la guerra del Rey almãçor y como el Rey don fer.do el magno gano toda la tera de portogal»;
- f) e, por último, um «capº y preambulo quarto y final de lo q mas sucedio al rrey don fer.do el magno y despues al Rey don alõso su hijo el de la mano horadada en la conquista de portogal».

25. As palavras de Acenheiro (*op. cit.*, p. 3) são: «e craro se provará assim estremados [os reis de Portugal] per Umgria e vallemtes per Espanha. E porem o Papa Pio Silvio Eneas, grande orador, renovando as genologias das terras fortes de Christãos, dyxe na carta que escreveo a Maffamede Rey dos Turcos lhe dyxe; nom sabes estremada Humgria e a vallemte Espanha, a estas dote de gramdeza». Esta carta de Pio II pode ser lida, na versão original e em tradução castelhana, em Domingo F. SANZ (ed.), *Eneas Silvio Piccolomini, Papa Pio II. Epistola a Mehmet II*, Colección Nueva Roma, vol. 20, Madrid: CSIC, 2003.

O objetivo principal deste Sumário foi, de acordo com o que se lê nestes textos introdutórios, o de colmatar uma série de lacunas. Já no «prohemio», que é principalmente um elogio das letras, se lamenta que «mas se preçiarõ los españoles de las armas q de letras» (um lamento que era também muito comum em relação aos portugueses). O autor constata ainda, no que diz respeito às Crônicas portuguesas, que estas estão «escritas de mano y tã bo Radas q difíclmête se pueden leer» e que, por isso, ele «las [ha] querido sacar en limpio y en lengua castellana» (fol. 2v<sup>o</sup>). O público visado parecem ser, aqui, as elites letradas e sociais espanholas relacionadas com Portugal, ou por qualquer razão interessadas na sua História. O próprio autor do Sumário mantinha certamente relações privilegiadas com as autoridades portuguesas, pois redigiu a sua obra quando se encontrava na região da Guarda, e teve acesso, como diz, à biblioteca real, à biblioteca do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e a manuscritos nas mãos de particulares<sup>26</sup>.

Mas por trás da feitura deste Sumário parece estar também um programa de «revisão» e «iberização» da História de Portugal. As crônicas deste reino, embora se referissem muitas vezes aos restantes reinos ibéricos, tinham uma visão essencialmente nacionalizante, que, do ponto de vista do autor do Sumário, seria necessário corrigir. É por isso que os sucessivos preâmbulos constituem uma suposta História da Península Ibérica até ao século XII, com base nas «dos [coronicas] generales de los dos serenissimos Reyes alfonso [Afonso X e Afonso XI]»<sup>27</sup>, nas obras «del arçobispo don Rodrigo de Toledo» e «de dō lucas obispo de tuyo», e noutras fontes (a propósito de um episódio do exílio de Afonso VI em Toledo, por exemplo, são referidos «cantares»<sup>28</sup>). Esta suposta história da Península é contudo, na realidade, uma história dos reinos de Leão e Castela, e uma das suas principais funções é mostrar que grande parte do território português foi conquistado aos mouros pelos reis leoneses e castelhanos. Tratar-se-ia, portanto, não apenas de dar a conhecer a história de Portugal a espanhóis, mas também de lhes mostrar que, ao contrário do que diziam as crônicas portuguesas, o passado deste reino devia muito à ação dos monarcas espanhóis. É aliás possível que o autor do Sumário pretendesse pôr em causa a própria legitimidade da autonomia portuguesa, embora não o explicitasse.

26. Ver F. Alves MOREIRA, *op. cit.*, p. 406-418.

27. Trata-se, possivelmente, da Crônica editada por Ocampo e de um manuscrito espanhol da *Crónica de 1344*.

28. Esses cantares refeririam o exílio toledano de Afonso VI e incluiriam o conhecido episódio em que os sábios mouros, para se certificarem de que Afonso estaria dormindo, lhe aproximam chumbo derretido das mãos. Isto explicaria, segundo o autor do Sumário, a alcunha de «el de la mano horadada» aplicada a este Rei (fol. 12r<sup>o</sup> do manuscrito). Afonso VI já é assim chamado em diversos textos do século XV, como o *Sumário de los Reyes de España del Despensero de la Reina D. Leonor* e as *Andanças e viagens* de Pero Tafur. Isto torna verosímil a tradicionalidade dessa alcunha e talvez mesmo do episódio acima referido.

*Epígrafes*

No que respeita às epígrafes, a sua presença nestes textos é, tal como sucede com os títulos, uma regra quase sem exceção: apenas os dois Sumários mais antigos não contêm nenhuma epígrafe. Ambos são, em todo o caso, extremamente breves, de modo que essa ausência talvez possa explicar-se pela sua brevidade, que facilmente dispensaria uma divisão em unidades menores. Nos restantes textos, as epígrafes parecem desempenhar duas grandes funções. Por um lado, elas cumprem o papel de qualquer epígrafe, que é o de facilitar a leitura subdividindo o texto em unidades menores e fornecendo breves indicações acerca do conteúdo dessas unidades, para que os recetores consigam localizar rapidamente as passagens que mais lhes interessam ou deixar para trás as passagens que não lhes interessam. Mas pelo facto de constituírem pequenos resumos, com tudo o que isso implica de seleção e condensação de matérias, as epígrafes constituem também formas de orientar e condicionar a leitura. No caso dos Sumários aqui analisados, essa orientação vai, sobretudo, no sentido de reforçar a vertente regalista já presente nos títulos e nos prólogos.

Esta estratégia realiza-se de duas formas diferentes, de acordo com a extensão dos textos. Nos mais breves, como o impresso de 1555, o impresso de 1570 e mesmo o Sumário do Porto, verifica-se que todas as epígrafes têm a mesma estrutura, limitando-se a referir o nome e o número de série do rei cujo reinado se segue (p. ex.: «Dom Afonso segundo deste nome e terceyro rey de Portugal»). As epígrafes destes textos orientam, assim, a expectativa dos leitores exclusivamente para a narração de feitos dos reis de Portugal ou com eles relacionados, confirmando as indicações contidas nos títulos. Nos Sumários mais extensos, as epígrafes são naturalmente mais numerosas e diversificadas, mas o enfoque nas figuras reais é, também aqui, muito claro. Em primeiro lugar, porque o número de epígrafes em que se mencionam ações dos reis portugueses ou acontecimentos com eles relacionados é, em todos esses textos, largamente maioritário; e também porque mesmo as restantes epígrafes acabam por encaminhar a atenção do leitor em direção aos reis, à família real ou a qualquer outro assunto com ela relacionada. Posso dar como exemplo a *Suma de Acenheiro*: há nela apenas três epígrafes que não se referem aos reis ou à família real. Mas, significativamente, duas dessas epígrafes referem-se a Portugal, e a terceira refere-se a Inês de Castro. Inês de Castro que, graças às políticas matrimoniais das elites ibéricas, era bisavó de D. Leonor, esposa aragonesa de D. Duarte, e portanto, trisavó de D. Afonso V e do Infante D. Fernando, pai de D. Manuel. E é certamente o facto de a Castro ser antepassada direta deste rei e de D. João III que explica, antes de mais nada, o destaque que lhe é concedido nesta abreviação de Crónicas. A epígrafe do

capítulo seguinte é, de resto, particularmente clara: «Como Inês de Castro era de grande linhagem e como os reis de Portugal descendem dela por mulheres do modo seguinte».

## Concluindo

Os Sumários de Crónicas desempenham um importante papel dentro dessa vasta apologia da família real e do seu poder que, no fundo, constitui praticamente toda a historiografia portuguesa do século xv e princípios do xvi. Se as Crónicas ultramarinas narram os feitos praticados em África ou na Índia em serviço do Rei e se as Crónicas régias narram detalhadamente os feitos dos próprios monarcas, os Sumários de Crónicas dirigem-se a públicos mais vastos, generalizando o conteúdo destas mesmas crónicas, que, na sua maioria, não seriam impressas antes do século xvii. São, pois, uma espécie de *Reader's Digest* da época. Porém, e ao contrário do que os próprios Sumários fazem crer, eles não se limitam a essa função. Constroem o seu próprio discurso e visam outros objetivos, como controlar fraudes documentais ou legitimar e propagandear a política expansionista da coroa. Um dos meios de que se servem são os paratextos, especialmente os prólogos, mas também os títulos e as epígrafes, que procuram condicionar os recetores, orientando-os na direção *certa*, ou seja, na direção de um passado visto, essencialmente, como resultado da ação dos reis e da Casa real - uma Casa descendente das mais prestigiadas famílias e por isso destinada a altos feitos. Os paratextos estarão, pois, ao serviço dos textos, tal como os Sumários estão, basicamente, ao serviço da monarquia.